

INCONVENIENTES, INTRUSAS E INADEQUADAS: AS DISPUTAS PELA MORADIA ESTUDANTIL MISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (1980-1983)

FABIANA PINHEIRO DA COSTA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul,
Brasil

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo analisar as disputas envolvendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a presença feminina na Casa do Estudante Universitário (CEU). Esses conflitos foram decorrentes do ingresso irregular de jovens que disputavam a assistência estudantil nesse espaço que, de 1971 a 1983, era oferecido somente aos homens. A pesquisa foi realizada a partir de um combinado de fontes, mas a preponderância são os documentos obtidos junto ao Arquivo da CEU. Foi possível perceber que a Universidade criou inúmeras barreiras para o acesso feminino e demonstrou uma postura autoritária, assim como o preconceito de muitos servidores em cargos de poder no tocante às suas concepções sobre as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Moradia Estudantil; História das Mulheres; História das Instituições Educativas; Casa do Estudante Universitário.

INTRODUÇÃO

No dia 30 de abril de 1980, o jornal Zero Hora, um dos mais importantes do Rio Grande do Sul, noticiou as manifestações realizadas em decorrência do Dia Nacional pela Moradia Estudantil. O ato foi organizado pela Secretaria Sul de Casas de Estudantes, em frente à Secretaria para Assuntos Especiais na Praça da Matriz, localizada junto ao centro histórico da cidade de Porto Alegre. Na ocasião, manifestantes reuniram-se em apoio aos moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que havia promovido uma “invasão”¹ feminina com o objetivo de reivindicar o livre acesso das mulheres², até então proibidas de frequentar esse espaço. Os participantes também visavam chamar a atenção do assessor de Assuntos da Juventude para a situação das residências universitárias no estado. Com o objetivo de marcar a passagem da data, foram organizadas atividades culturais, como a peça teatral apresentada na Casa do Estudante de Porto Alegre (CEUPA)³, o show do artista Talo Pereyra na UFRGS, além de palestras nas cidades de São Leopoldo e Santa Maria.

Na mesma reportagem, destacou-se a conquista da moradia mista na CEU, que desde 1971, ano em que foi inaugurada, ofertava 400 vagas exclusivamente para o público masculino. Embora o jornal tenha veiculado essa informação, a presença feminina não foi aceita de imediato pela Universidade, sendo regulamentada somente em 1983, quando houve uma alteração no regimento interno. A mudança se concretizou

após uma série de conflitos decorrentes do ingresso irregular de moças que se tornaram moradoras clandestinas.

Este artigo, portanto, tem por objetivo analisar as disputas envolvendo a Universidade e a presença feminina na Casa do Estudante Universitário. Para tanto, mobilizou-se um conjunto de fontes com preponderância dos documentos obtidos junto ao Arquivo da Casa. A temporalidade inicia-se em 1980, período em que ocorreu a “invasão” e marcou a entrada fortuita de muitas jovens, e estende-se até 1983, ano em que foi oficializada a candidatura feminina à moradia.

OS CAMINHOS INVESTIGATIVOS: O ARQUIVO DA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

O que guardar? Por que guardar? Problematizar a presença ou a ausência de documentos é um princípio fundamental na elaboração de uma pesquisa histórica (LUCA, 2021). O que permanece ou é descartado pode evidenciar disputas, conflitos e significados de uma determinada época. O documento deve ser entendido como algo fabricado por uma conjuntura. É atributo de um pesquisador inquirir e analisar para não o tomar como uma verdade que expõe os fatos por si só, capaz de revelar o passado tal qual foi vivido. Jacques Le Goff (1996) pontua que os documentos não são neutros, mas criados por uma pessoa ou grupo, havendo sempre interesses em jogo. Ademais, é importante ter em vista que as fontes, no âmbito da pesquisa, não estão dadas *a priori*. Existe um processo de construção intencional ao transformá-las em parte central de uma investigação, e considerá-las como um produto construído pelo pesquisador diferencia-se muito de entendê-las como imparciais (ALMEIDA; GRAZZIOTIN, 2012).

Com base nessa perspectiva, apresento os percursos que possibilitaram esse estudo. Primeiramente, entrei em contato com o Departamento de Moradia Estudantil (DME), vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFRGS, para obter informações. Recebi por e-mail a resposta de que não havia nenhum registro referente à época solicitada. Duas semanas após esse contato inicial, fiz uma segunda tentativa e, dessa vez, o retorno se mostrou mais promissor. Fui informada que a CEU guardava, em um de seus muitos aposentos, um pequeno espaço destinado à guarda documental. No entanto, não era possível fazer uma distinção dos conteúdos e das datas a que se referiam. Ainda que não houvesse uma organização e uma catalogação pré-estabelecida, a confirmação da existência do material foi fundamental para seguir adiante.

Acessei a sala após uma série de negociações com as responsáveis pela administração da moradia. Infiro que o fato de buscar desnaturalizar a presença das mulheres nesse ambiente, analisando os embates que elas travaram para garantir um direito à vaga, contribuiu para minha presença ser aceita, uma vez que passaria a frequentá-lo sem ninguém para auxiliar ou mesmo acompanhar o manuseio da documentação.

Pode-se dizer que o arquivo é um espaço ambíguo. Ao mesmo tempo em que nos encontramos solitários diante de uma grande quantidade de papéis, estamos rodeados de *vozes* que foram captadas pelos documentos (FARGE, 2009). É preciso apurar os sentidos para que não nos percamos na polifonia que tais espaços guardam.

Sobre o Arquivo da CEU, ponto que se encontra em condições pouco favoráveis ao pesquisador, tanto pela iluminação inadequada quanto pela sua própria estrutura. Ao me deparar com ele, observei suas estantes calculando as possibilidades de examinar cerca de cinquenta caixas cuja única identificação era “arquivo morto”. A respeito dessa nomenclatura, é possível refletir, a partir de Cunha (2008), para quem tudo aquilo que o ser humano preserva possibilita ao historiador condições para reconfigurar o passado. Segundo a autora, guardar consiste em “proteger documentos e papéis avulsos da corrosão temporal para melhor partilhar, preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo” (CUNHA, 2008, p. 112).

Em vista disso, faz-se importante uma discussão sobre a preservação, a guarda, a avaliação e o descarte de materiais, já que essas ações se configuram como impasses na investigação histórica. Vidal (2000) sinaliza alguns movimentos importantes em torno do assunto, salientando que a tarefa envolve diferentes estágios de análise, sendo necessária a participação de uma equipe multidisciplinar para desenvolvê-la. Guardar está longe de ser uma acumulação desmedida de tudo que é produzido. Pelo contrário, envolve uma triagem minuciosa e um descarte consciente. Ela frisa, também, a importância de criar condições, ainda que mínimas, para a sobrevivência dos materiais, o que envolve técnicas de tratamento, acondicionamento, além do registro em banco de dados e catálogos.

O processo de guarda demanda um esforço de recursos, tanto material quanto pessoal, que a Casa do Estudante Universitário, sem o devido apoio de outras áreas da UFRGS, não consegue efetivar. Todavia, uma sistematização e catalogação, ainda que primárias, poderiam ser pensadas para que futuras pesquisas que envolvam a moradia sejam desenvolvidas. Investir nessas práticas significaria não tratar esse arquivo como “morto”, mas compreendê-lo a partir de uma variabilidade e multiplicidade. Arlete Farge (2009, p. 117) nos diz que “não se ressuscitam vidas em um arquivo, mas isso não significa deixá-las morrer uma segunda vez”. Ou seja, o arquivo vive na intenção do pesquisador em produzir conhecimento. Desse modo, faz-se necessária uma política de gestão da documentação nesse ambiente, para que os papéis lá depositados não sejam vistos como inúteis e possam ser compreendidos como possíveis fontes de pesquisa, a depender daquilo que se pretende analisar.

Concluída essa reflexão, esclareço que frequentei o Arquivo duas vezes na semana ao longo de um mês no ano de 2018. Um espaço como esse guarda histórias, têm cheiros e cores, algumas mais apagadas, outras ainda bem vívidas. É preciso fazer aquilo que Farge (2009) sugere: sentir o “sabor do arquivo” (Farge, 2009, p. 23) e, mesmo diante de um amontoado de caixas sem uma organização mínima, deixar-se encantar pelo que ele pode oferecer, não perdendo de vista os objetivos prévios. Ao utilizarmos documentos em uma pesquisa, visamos extrair dele as informações necessárias para resolver nosso problema. Fazemos isso examinando, organizando e categorizando-os para só então podermos analisá-los.

Nesse momento de encontro com as fontes, faz-se necessário investir-se de uma posição “detetivesca”, citando a metáfora criada pelo historiador Carlo Ginzburg (1989, p. 145), para designar seu “paradigma indiciário”, que consiste num conjunto de princípios e procedimentos centrados no detalhe. Para o autor, esse tipo de análise possibilita captar sinais que, sem a fusão de uma visão apurada e unida à intuição,

seriam imperceptíveis. Portanto, foi ao percorrer os rastros da presença feminina na CEU, separando e classificando os documentos datados entre 1980 e 1983 que tratassem do tema, que encontrei as condições para analisar as disputas envolvendo a Universidade e as mulheres que, naquele momento, habitavam irregularmente a Casa.

Contudo, evidencio que boa parte do material está em um estado de má conservação, correndo riscos de se perder no decorrer do tempo. Não só a organização está fora de controle, como a umidade e os fungos tomaram conta de uma grande quantidade de caixas. Um exemplo de como essa documentação está armazenada pode ser visto nas imagens a seguir:

Figura 1: Arquivo da Casa do Estudante Universitário (CEU)



Fonte: Acervo da autora.

Mais uma vez, é Farge (2009) quem nos alerta sobre não existir um molde a ser aplicado no trabalho de investigação em arquivos, e que tudo depende do objeto a ser estudado. A paciência, a leitura e a absorção ao silêncio que o arquivo nos coloca são partes constitutivas desse mergulho em um tempo pretérito materializado em forma de papéis e objetos. No entanto, ela sugere que o pesquisador deve ter um cuidado especial para “não ser atraído apenas por aquilo que pode reforçar suas hipóteses de trabalho decididas previamente” (FARGE, 2009, p. 71). Sendo assim, foi munida de um olhar investigativo que garimpei documentos que pudessem auxiliar nessa análise. Ao selecioná-los, transformei-os em documentos históricos. Foi parte da pesquisa não se contentar apenas com a classificação dada pelos responsáveis como “morto”. Foi preciso ir além, percebendo-os como rastros a serem perseguidos.

DE CLANDESTINAS A MORADORAS: A PRESENÇA FEMININA NA CEU

Historicamente, o acesso à educação formal se configurou como um processo excludente para as mulheres brasileiras. Durante o século XIX e o início do século XX, a impossibilidade de frequentar os cursos secundários lhes vetava a entrada no ensino

superior. É somente na década de 1930 que se nota um aumento da presença feminina nesses níveis de ensino. Rosemberg (1994) demonstrou que com a industrialização e as novas exigências dos serviços urbanos houve uma expansão educacional, principalmente a partir da criação do Ministério da Educação e da ampliação das universidades, o que proporcionou a elas a ocupação desses espaços, ainda que em número muito inferior aos homens.

Segundo Beltrão e Alves (2009), em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ocorreram mudanças significativas no ensino, principalmente quando foi dada a equivalência de todos os cursos de grau médio, oportunizando às estudantes que faziam o magistério disputar os vestibulares. Pode-se dizer que, a partir da década de 1960, elas têm maiores chances de ingressar na graduação e nos anos de 1970 começa o que os autores chamam de “reversão do hiato de gênero” no ensino superior, que consiste na diminuição das diferenças sistemáticas nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres.

Além das mudanças na legislação educacional, outro importante fator contribuiu para esse aumento do ingresso nas universidades. O ressurgimento do movimento feminista a partir de 1970 marcou um importante período de lutas que se estendeu com força pela década seguinte, levantando debates urgentes na sociedade. A organização de mulheres contra a carestia, a luta pela anistia e pela redemocratização foram mobilizações que se espalharam pelo país e, a partir de 1975, oficializado como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), a agenda contra a desigualdade de gênero entrou para a pauta da política nacional abrindo um novo leque de discussões.

A “invasão” da Casa do Estudante Universitário, realizada em abril de 1980, estava inserida dentro desse contexto de efervescência, mudanças e do reaparecimento do feminismo que, em Porto Alegre, junto ao movimento estudantil, contestou os moldes em que a moradia estava estruturada. A proibição do acesso à CEU e a falta da oferta de vagas ganharam repercussão, dado que havia um número cada vez maior de jovens frequentando o ensino superior e em busca de assistência. No entanto, mesmo com toda a ressonância decorrente desse episódio, as normas institucionais não foram modificadas e a presença feminina na Casa seguiu como um tabu. As mulheres foram *liberadas* para transitar pelas dependências – o que antes lhes era negado, mas não houve negociação para que pudessem de fato ter direito à moradia com os homens.

Em 1981, um ano após essa entrada coletiva, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis não havia chegado a uma deliberação sobre o assunto e continuava impedindo a habitação conjunta. Ainda assim, as normas eram cada vez mais descumpridas⁴, forçando uma mudança de atitude. Em julho do mesmo ano, o jornal *Mulher Liberta Mulher*, produzido por um grupo de estudantes ligado ao movimento feminista da UFRGS, informava em um artigo que havia quatro moças morando de forma efetiva na residência. No texto, elas chamavam atenção para a ideia ultrapassada de que ambos os sexos não poderiam ocupar o mesmo espaço sem a existência de vínculos familiares e afetivos, apontando que, ao contrário da “invasão” de 1980 – cuja participação de entidades estudantis e apoio político foram massivos –, essa entrada era espontânea, articulada pela necessidade de um aumento significativo nas vagas oferecidas para mulheres no âmbito acadêmico.

Tal relato permite entrever que, mesmo diante das proibições, havia estudantes

que encontravam maneiras de burlar o sistema normativo da universidade. Margaret McLaren (2016), em um estudo sobre a obra de Michel Foucault, tenta aproximar as ideias do filósofo da teoria feminista, demonstrando como a sua noção de poder é útil para compreender as resistências à opressão de gênero. Para Foucault, o poder existe e opera não só a nível estrutural e macropolítico, mas também a nível interpessoal e micropolítico. Portanto, é no campo da subjetividade que ela o coloca em diálogo com os estudos feministas, uma vez que o seu entendimento de poder permite vislumbrar um protagonismo feminino, especialmente em situações nas quais elas são pensadas como não sujeitos. McLaren (2016) analisa como a história das mulheres é permeada de pequenas atitudes que se configuram como resistência a um estado de exclusão e dominação.

Nesse sentido, podemos compreender esses gestos de insubmissão das estudantes – habitando um espaço que lhes era oficialmente negado – como uma forma de resistir a um conjunto de regras excludentes perpetrado pela instituição em que estudavam. É importante salientar que suas ações não modificaram a estrutura da Casa de imediato, porém, abriram possibilidades que, unidas a outros elementos, foram transformando esse lugar. A concepção trazida por McLaren, por meio das ideias de Foucault, permite entender que a resistência a uma norma institucionalizada nem sempre ocorre com a participação em atos grandes atos sociais, como no exemplo da “invasão”, muitas vezes ela se expressa no campo individual, em ações que “permitem que um sujeito se afirme mesmo em um contexto de total negação dos seus direitos” (WOLFF, 2019, p. 650).

Outro ponto importante discutido no jornal estudantil é a crítica que as autoras fazem à Associação dos Moradores, que não se posicionava de forma efetiva sobre os impasses para a moradia mista. Elas destacam a dificuldade das novas habitantes para se adaptar a um meio absolutamente masculino, onde passaram a considerá-las como intrusas. Apresentam, também, a posição da Pró-Reitoria Universitária, que vinha lançando ameaças tanto às mulheres que estavam morando quanto aos poucos homens que aceitavam dividir o quarto. O texto finaliza fazendo um alerta sobre a desigualdade de acesso aos benefícios estudantis e a possibilidade de reinventar a política de assistência a partir da vivência conjunta entre os sexos.

De acordo com Fortino (2009), as pesquisas sobre a coexistência sexual em locais historicamente marcados pela segregação iniciaram-se na década de 1980 e ganharam maior repercussão nos anos de 1990. Esse conceito se traduz na conversão de um espaço segregado para um misto, embora não necessariamente a transição venha a estabelecer uma relação de equidade entre os sexos. Para a autora, nessa mudança de modelos estruturais, há um deslocamento no foco dos conflitos, uma vez que na segregação exclui-se a participação feminina, ao passo que na coabitação os confrontos centram-se nos locais onde ambos coexistem, havendo a possibilidade de intervenção por parte delas. Ainda assim, deve-se frisar que esses estudos não eram unânimes quanto aos benefícios para as mulheres. Por um lado, havia feministas que promoviam uma espécie de “retorno ao passado”, afirmando que a vivência conjunta não diminuiria o sexismo e o machismo. Por outro, havia as que debatiam a criação e implantação de projetos em espaços mistos a partir de ações antissexistas (FORTINO, 2009).

COSTA, F. P. da.

A dificuldade em realizar a transição para o modelo de coabitação do sexo é perceptível quando observamos o teor de alguns ofícios e correspondências trocados entre os servidores vinculados à CEU e à Reitoria. Em 07 de agosto de 1981, o administrador da Casa escreveu o Ofício nº 21/81 à diretora do Departamento de Serviço Social da UFRGS informando que existiam vagas sendo ocupadas indevidamente e o local estava sem controle das chaves. Ele apresentou um relatório citando a presença de onze mulheres. As “clandestinas”, como foram nomeadas, são classificadas pelo tipo de moradia: eventual e permanente. Em um dos quartos, identificou também uma moça morando com sua filha pequena.

Nesse período, o debate sobre maternidade estava acontecendo no âmbito acadêmico, especialmente entre as jovens que se vinculavam a algum grupo feminista. Segundo Méndez (2004), aspectos importantes para a garantia e permanência de estudantes estavam sendo colocados em pauta no tocante à presença de mulheres e crianças nas moradias estudantis e ao aumento do número de vagas nas creches da UFRGS.

Os direitos a esses benefícios foram transformados em bandeiras de luta pelas feministas que demonstravam como a modificação dessas políticas oportunizava uma vida mais independente às mulheres e representava a possibilidade de seguir cursando o ensino superior⁵. A cientista política Flávia Biroli (2014) investigou como a maternidade colaborou historicamente para limitar a autonomia feminina. A autora advoga que a partir do momento em que elas engravidam há uma “restrição a determinadas atividades e formas de vida que são consideradas conflitivas com a divisão sexual do trabalho” (BIROLI, 2014, p. 115), o que as retira dos espaços sociais, impedindo sua ascensão intelectual e econômica. Ressalto que, ainda hoje, a Universidade tenta remover as estudantes grávidas desse ambiente que lhes garante a continuidade da formação, não construindo uma política de assistência estudantil adequada⁶.

Como já mencionado anteriormente, a documentação encontrada no Arquivo da CEU não segue uma ordenação e está esparsa. Foi através de um garimpo minucioso que selecionei indícios e transformei-os em fonte de pesquisa. Logo, o que trago a esta narrativa são registros que se complementam e auxiliam a formar um quadro inteligível de como estava a situação dentro dessa moradia após a “invasão” de 1980.

Em outubro de 1981, pouco tempo após a emissão do texto identificando a presença de mulheres, o Pró-Reitor da Comunidade Universitária, Prof. João Carlos Athayde Dias, redigiu um ofício, encaminhado ao Reitor Earle Diniz Macarthy Moreira, no qual faz uma longa exposição sobre a situação da Casa, ressaltando os conflitos que vinham ocorrendo desde meados de 1975 até o momento em que ele escrevia. O documento enfatiza que muitos movimentos contestadores e reivindicatórios dos estudantes foram gerados por motivos “banais”, o que vinha prejudicando o clima organizacional. Ele fez a seguinte menção:

Com referência a iniciativa tomada no dia 29 de maio de 1980, dando início a entrada de pessoas do sexo feminino na CEU, o trânsito de mulheres se tornou rotina, cujo controle ou fiscalização por parte da administração tem sido dificultada, contestada e acobertada pelos moradores. A partir de junho do corrente ano, não só se tornou frequente o pernoite clandestino de mulheres nos apartamentos, como foi constatada a presença de algumas

irregularmente ocupando vagas, não somente pela condição do sexo, pois até momento esta Casa se destina a rapazes estudantes, mas também porque não foram autorizadas ou habilitadas por nenhum processo de identificação ou triagem (Ofício nº 384/81-R., Porto Alegre, 14 de outubro de 1981).

No mesmo documento, o Pró-Reitor reconhece essas mulheres como “inconvenientes” e afirma que há um esforço movido pelo administrador da CEU, pelo Departamento de Serviço Social e pela Pró-Reitoria da Comunidade Acadêmica em conscientizar os estudantes dos prejuízos e repercussões negativas para cada morador, bem como para a finalidade da Casa, se tal situação se mantiver. Informa, por fim, que compreende os novos tempos e as mudanças de valores, mas salienta a importância de manter a vigência do regimento interno.

Esses vestígios demonstram que após a “invasão” havia um rechaço, não só por parte de grupos de moradores, bem como de funcionários da UFRGS para autorizar a moradia mista, mantendo uma posição autoritária em relação às estudantes. Não descobri no processo de triagem nada que fizesse menção à necessidade de se ofertar vagas para as mulheres em casas estudantis ou mesmo algo que indicasse uma proposta de debate. Acredito que tais documentos possam existir, mas, em decorrência da falta de uma organização mínima do Arquivo da CEU, não os encontrei.

A situação seguiu se arrastando por mais de um ano sem que houvesse uma solução para o conflito. As estudantes, por conseguinte, continuaram burlando as regras e desafiando o modelo de gestão da Universidade. Como resposta às desobediências, houve uma série de acusações por parte de um grupo de servidores. Em março de 1982, a diretora do Departamento de Serviço Social emitiu o Ofício nº 34/82 para o Pró-Reitor. Nesse, ela apresenta a conjuntura da Casa, destacando que após a “invasão feminina” diversas irregularidades foram promovidas. Dentre elas, cita a ocupação indevida de apartamentos, o ingresso e permanência de pessoas de condutas inadequadas e com “características desviadas dos modelos socialmente aceitos”, o comércio de alucinógenos e um aumento de doenças venéreas e demais doenças “decorrentes da prática sexual indiscriminada e falta de cuidados de higiene básicos”.

Percebe-se que a presença de mulheres está fortemente vinculada a conotações sexuais, sendo elas consideradas as causadoras de toda desordem. A ideia de que a moradia mista acentuaria esses problemas é descrita de forma velada, mas reforçada quando se afirma que havia bons rapazes aguardando por vagas, mas eles não poderiam ter seu direito garantido porque “intrusas” estariam ocupando seus lugares. A questão das vagas para os homens é apresentada em um novo ofício, dessa vez entregue ao Presidente da Associação de Moradores, para quem ela solicita apoio para identificar e retirar as “inadequadas” (Ofício nº 75/82, Porto Alegre, 28 de maio de 1982).

Aqui se faz necessário refletir sobre as representações em torno de feminino. A dicotomia entre os sexos marcou o imaginário da sociedade ocidental ao longo dos séculos. A figura da moça virgem, da mãe, da esposa submissa esteve em contraponto com a imagem da mulher livre. Para Lerner (2019), uma das estruturas que manteve o patriarcado como um sistema histórico de longa duração foi a divisão criada entre as mulheres consideradas “respeitáveis” e “não respeitáveis”. Esses limites, inventados e

demarcados pelos homens, tornaram-se uma maneira de afirmar a sua própria identidade e de demonstrar que a mistura dos papéis sociais rompem com a ordem estabelecida, em que aquelas consideradas transgressoras da norma traem a sua natureza biológica, o que as transforma em alvo de chacota, injúria, abuso e violência (COLLING, 2019).

O exemplo da CEU é representativo, já que as estudantes encontravam inúmeras barreiras para garantir o direito de frequentar esse espaço. A edição de agosto de 1982 do jornal *Mulher Liberta Mulher* traz o depoimento anônimo de uma estudante, em que ela narra como é viver em um ambiente majoritariamente masculino. Seu relato aponta diversos ataques de moradores que a tratavam de maneira misógina, frequentemente pichando seu quarto com a palavra “puta”. A partir disso, faz-se necessário refletir sobre como o corpo feminino sempre foi alvo de disputa. A história nos mostra como ele pertencia ao homem, à família, à religião, ao Estado, mas nunca à própria mulher. Tal preceito parece estar na base da violência. Michele Perrot (2005) pontua que o corpo está no cerne das relações de poder. Sua aparência, suas formas, seus gestos, suas vestimentas são alvo de desconfiança. Essa suspeita, de acordo com a autora, está sempre visando ao sexo: “Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está recebendo apenas aquilo que merece, porque o corpo das mulheres não lhes pertence” (PERROT, 2005, p. 447).

Ainda que houvesse esse quadro desfavorável, a presença feminina era cada vez mais contínua e desencadeava uma falta de reação por parte dos servidores que não conseguiam encontrar um modo de conter a entrada. Essa evidência pode ser constatada em um ofício de novembro de 1982, no qual o administrador Moacir redigiu um texto endereçado à Diretora de Serviço Social apresentando as mesmas queixas do ano anterior. Junto está um relatório discriminando a presença de 24 mulheres na Casa. Desse total, 20 são registradas como moradoras permanentes e quatro como eventuais, mostrando que, desde o levantamento feito em 1981, a porcentagem de moradoras dobrou (Ofício nº 30/82. Porto Alegre, 12 de novembro de 1982).

Não foram localizados outros documentos que possam auxiliar na análise de como se deu o desenrolar dessa tramitação entre os servidores da Universidade. Todavia, encontrei uma proposta dos moradores da CEU à Pró-Reitoria da Comunidade Universitária (Pruni). O texto sugere que a Pruni organizasse um plebiscito em que os moradores pudessem votar pela transformação da CEU em uma moradia mista. Caso a votação fosse favorável, as mulheres passariam pelo mesmo processo de triagem que os homens e obedeceriam as mesmas regras e critérios de admissão. Por fim, expressa que as moradoras não deveriam ficar em um andar isolado, podendo optar por um lugar de acordo com as vagas disponíveis no momento do seu ingresso.

A resposta da Universidade não foi localizada de forma explícita. Entretanto, há um vestígio no qual a Pró-Reitoria faz uma proposição à Associação dos Moradores, datada de novembro de 1982. Nesse documento, solicita que todas as mulheres existentes na CEU fossem identificadas e aquelas sem vínculo com a UFRGS fossem devidamente afastadas. Propõe a redação de uma alteração no regimento e confirma, por fim, a manutenção das estudantes na Casa até a aprovação oficial das novas regras internas pelo Conselho Universitário. A proposta de redação para o novo regimento traz a seguinte redação:

Art. 24 – Ordenado como Art. 10, em cuja redação é proposto que: São considerados moradores todos os alunos regulares dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tenham sido dispostos neste Regimento ou por indicação do Coordenador de seu respectivo Curso. Nesta redação, usando os termos todos os alunos, no plural, ficam incluídos estudantes do sexo masculino e feminino, em abertura para a transformação da CEU em alojamento misto (Proposta de Alteração no Regimento Interno da Casa do Estudante Universitário, 1982).

As mulheres foram autorizadas pela Pró-Reitoria Universitária (Pruni), na época responsável pelas casas de estudantes, a permanecer até o final do trâmite. Em 1983, com a modificação do regimento aprovado pelo Conselho Universitário, passaram a ter o direito de se candidatar às vagas de forma legítima. Decorridos três anos da “invasão”, elas, enfim, tiveram o direito legal de residir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiadora Michelle Perrot (1998, p. 91) afirma que “entender as proibições é também compreender a força das resistências e a maneira como contorná-las ou subvertê-las”. Na visão da autora, as mulheres que ultrapassam a fronteira do privado para o público, arriscando-se a um novo modo de vida, costumam ser alvo da agressividade masculina. Esses limites têm as suas permanências, mas não são fixos, modificando-se no decorrer do tempo. Hoje, pode-se dizer que cada vez mais o público feminino está ocupando espaços e posições que antes lhes eram negados.

A produção deste artigo visou demonstrar como o direito à moradia mista na maior casa de estudantes mantida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi permeado por conflitos e por uma postura preconceituosa em relação às jovens que tentavam garantir o seu direito à assistência estudantil. Nomeadas de clandestinas, intrusas, inconvenientes e inadequadas, elas precisaram, à sua maneira, resistir às normas vigentes, transgredindo o modelo social da época, para progressivamente adentrar nesse ambiente e reconfigurar a sua estrutura. Debates sobre o acesso e a permanência no ensino superior, bem como assédio, violência e maternidade, entraram na pauta acadêmica promovendo modificações significativas.

Todavia, muitas das reivindicações que começaram a ser pleiteadas nesse período ainda não foram plenamente atendidas. Quase 40 anos se passaram desde a modificação do regimento interno da CEU e a UFRGS ainda não conseguiu estabelecer uma política para que as estudantes grávidas tenham condições de seguir na graduação e pós-graduação com acesso aos benefícios. Os casos de assédio, tanto moral quanto sexual, também são frequentes, vide a manifestação ocorrida no ano de 2016, quando as moradoras exigiram uma medida efetiva da Reitoria para afastar os alunos responsáveis por tais atos. Além disso, o recente fechamento da creche universitária, que atendia não só ao corpo discente, mas também as servidoras e terceirizadas, é um demonstrativo de descaso com as políticas que envolvem diretamente as mulheres que frequentam a UFRGS. Tais fatos só reafirmam a importância de pesquisas em torno da presença

COSTA, F. P. da.

feminina nas universidades brasileiras.

Artigo recebido em: 13/08/2022
Aprovado para publicação em: 19/06/2023

INCONVENIENTS, INTRUSIVES AND INADEQUATE: DISPUTES FOR MIXED STUDENT HOUSING AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO SUL (1980-1983)

ABSTRACT: The present study aims to analyze the disputes involving the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the female presence in the University Student House (CEU). These conflicts resulted from the irregular entry of young people who disputed student assistance in this space that, from 1971 to 1983, was offered only to men. The research was carried out by a combination of sources, but the preponderance is the documents obtained from the CEU Archive. It was possible to perceive that the University created numerous barriers to female access and demonstrated an authoritarian posture, as well as the prejudice of many servants in positions of power regarding their conceptions about women.

KEYWORDS: Student Housing; Women's History; History of Educational Institutions; University Student House.

INCONVENIENTES, INTRUSAS E INADECUADAS: LAS DISPUTAS POR LA HABITACIÓN ESTUDIANTIL MIXTA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL (1980-1983)

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar las disputas abarcando la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) y la presencia femenina en la Casa del Estudiante Universitario (CEU). Esos conflictos derivaron del ingreso irregular de jóvenes que disputaban la asistencia estudiantil en ese espacio que, de 1971 a 1983, se ofrecía solamente a los hombres. La investigación se hizo a partir de un combinado de fuentes, pero la preponderancia son los documentos obtenidos ante el Archivo de CEU. Fue posible ver que la Universidad creó innumerables barreras para el acceso femenino y demostró una postura autoritaria, así como el prejuicio de muchos servidores en cargos de poder en lo que se refiere a sus concepciones sobre las mujeres.

PALABRAS CLAVE: Vivienda para Estudiantes; Historia de la Mujer; Historia de las Instituciones Educativas; Casa del Estudiante Universitario.

NOTAS

1 - O termo invasão era a nomenclatura dada nos anos de 1980 aos movimentos organizados por estudantes e militantes sociais. Atualmente, a ideia de invasão foi substituída pelo termo "ocupação".

2 - Sobre o movimento de reivindicação para o livre acesso das mulheres à CEU consultar o artigo de Costa e Almeida (2020).

3 - Sobre a Casa do Estudante de Porto Alegre consultar o artigo de Almeida (2018).

4 - Hinterholz (2017) analisou o regimento interno da moradia, observando a proibição de mulheres nesse espaço. Constatou, também, que aos moradores era vetado, inclusive, conversar com as faxineiras da moradia, o que não os inibia de manter relações sexuais de caráter eventual com elas.

5 - Pletiskaitz (2018) explora a relação da maternidade no âmbito acadêmico e o desafio de seguir no ensino superior morando em um espaço coletivo com um recém-nascido.

6 - Em 2013, houve uma grande mobilização entre os moradores da CEU, quando a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis da Universidade encaminhou uma nota de despejo para uma estudante quatro dias após o nascimento do seu filho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. “Eu sou do interior... eu vim estudar em Porto Alegre”: memórias de experiências sensíveis em uma moradia estudantil (1974-1983). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/59227>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. **Romagem do Tempo e Recantos da Memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, [S./], v. 39, n. 136, jan./abr. 2009, p. 125-156. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. /r. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Feminismo e Política**. São Paulo, Boitempo, 2014. p. 109-122.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ofício nº 21/1981/Departamento de Serviço Social**. Porto Alegre: UFRGS, 07 de agosto de 1981.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ofício nº 384/81- R/Pró- Reitoria da Comunidade Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 14 de outubro de 1981.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ofício nº 34/1982/Departamento de Serviço Social**. Porto Alegre: UFRGS, 10 de março de 1982.

COSTA, F. P. da.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ofício nº 75/1982/Departamento de Serviço Social**. Porto Alegre: UFRGS, 28 de maio de 1982.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ofício nº 30/1982/Departamento de Serviço Social**. Porto Alegre: UFRGS, 12 de novembro de 1982.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Proposta para Alteração do Regimento da Casa do Estudante Universitário – CEU/Pró Reitoria da Comunidade Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, novembro de 1982.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados: Editora UFGD, 2019.

COSTA, Fabiana Pinheiro da; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A “invasão” feminina na Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1980. **Revista Educação em Questão**, [S./], v. 59, n. 60, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25105>. Acesso em: 09 ago. 2022.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, [S./], v. 12, n. 25, p. 109-130, maio/ago. 2008.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FORTINO, Sabine. Coexistência dos sexos [verbetes]. //: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 44-48.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **O lugar onde a casa mora: memórias sobre a Casa do Estudante Aparício Cora de Almeida – CEUACA (1963-1981)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. 210f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172174>. Acesso em: 09 ago. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2021.

MCLAREN, Margaret. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. Coleção Entregêneros. São

Paulo: Intermeios, 2016.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975 – 1982)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PLETISKAITZ, Katiúcia. **A maternidade na Casa do Estudante da UFSM: desafios e conquistas das moradoras mães da CEU**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. 133f. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15159>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. //: SAFIOTTI, Heleith; MUÑOZ –VARGAS, Mônica (orgs). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: Avaliação, preservação e descarte documental. //: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; EDUSF, 2000, p. 31-43.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência [verbete]. //: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 647-651.

FABIANA PINHEIRO DA COSTA: Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Educacional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É pesquisadora do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3581-8625>
E-mail: fabiana.pinheirodc@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).